

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA MOÇAMBICANA

UMA ANÁLISE DE GÊNERO ENTRE INVISIBILIZAÇÃO E ESTEREÓTIPOS

Bento Matias Faustino¹

Mauro de Souza Ventura²

Resumo

Esta pesquisa examina a representação da mulher moçambicana nos meios de comunicação em Moçambique, com ênfase na construção das representações de gênero. Com efeito, foram analisadas dez edições dos jornais impressos *O País e Notícias*, publicadas na primeira quinzena de Abril. A investigação buscou identificar temas recorrentes, a presença de estereótipos de gênero e a forma como a mulher é retratada em distintos papéis e contextos. Os resultados indicam que a mulher enfrenta obstáculos significativos para se tornar fonte de informação, em razão da limitada representatividade e da recorrente vitimização nos discursos mediáticos. Observa-se que sua presença na mídia permanece fortemente

ancorada a papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino, uma vez que os meios de comunicação frequentemente reproduzem estereótipos que restringem a visibilidade e a valorização das competências e contribuições da mulher na sociedade. Também, constata-se que os homens continuam a ocupar maioritariamente os espaços públicos e discursivos, ao passo que a representação feminina permanece circunscrita ao âmbito privado. Além disso, a presença da mulher em posições de autoridade ou como especialista está, em grande medida, associada a figuras políticas ou ocupantes de cargos governamentais. Esse padrão evidencia uma dualidade na cobertura mediática: enquanto algumas

1. Assistente Universitário, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitectura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

2. Jornalista, Livre-docente em Jornalismo e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

mulheres conquistam visibilidade em esferas de poder, a maioria segue marginalizada nas narrativas cotidianas. Essa dinâmica reforça a persistência de estereótipos que confinam a mulher predominantemente no espaço doméstico, desconsiderando sua participação em outras esferas sociais e profissionais. Desta maneira, os meios de comunicação social desempenham um papel central na manutenção de desigualdades de gênero, perpetuando construções discursivas que dificultam a ampliação da presença feminina em diversos âmbitos da vida pública.

Palavras-Chave: Gênero, Representação, estereótipos de gênero, media imprensa.

Abstract

This study examines the representation of Mozambican women in the media in Mozambique, with an emphasis on the construction of gender representations. To this end, ten editions of the print newspapers O País and Notícias, published in the first half of April, were analyzed. The research aimed to identify recurring themes, the presence of gender stereotypes, and how women are portrayed in different roles and contexts. The findings indicate that women face significant obstacles in becoming sources of information due to their limited representation and the recurring victimization in media discourses. It is observed that their presence in the media remains strongly anchored in traditionally assigned female roles, as media outlets frequently reproduce stereotypes that restrict the visibility and appreciation of women's skills and contributions to society. It is also noted that men continue to dominate public and discursive spaces, while female representation remains largely confined to the private sphere. Additionally, the presence of women in positions of authority or as experts is predominantly associated with political figures or government officials. This pattern reveals

a duality in media coverage: while some women gain visibility in spheres of power, the majority remain marginalized in everyday narratives. This dynamic reinforces the persistence of stereotypes that predominantly confine women to the domestic sphere, disregarding their participation in other social and professional domains. In this way, the media play a central role in maintaining gender inequalities, perpetuating discursive constructions that hinder the expansion of female presence in various areas of public life.

Keywords: Gender, Representation, gender stereotypes, press media.

Introdução

A representação feminina nos meios de comunicação constitui um fenómeno social complexo que reflecte e influencia as dinâmicas de género em uma determinada sociedade. A maneira como a mulher é retratada nos media não se limita à transmissão de imagens e discursos, mas desempenha um papel activo na construção e na reprodução de estereótipos e narrativas que determinam seus papéis na família, no trabalho e na esfera pública. Essas representações, ao mesmo tempo que reforçam ou desafiam normas culturais e sociais, contribuem para a consolidação ou desconstrução das hierarquias de género vigentes.

No contexto moçambicano, a construção social dos papéis de género é atravessada por múltiplas influências, que incluem o legado colonial, as tradições culturais locais e as transformações decorrentes da globalização. Diante deste cenário, a análise crítica das representações mediáticas femininas torna-se imprescindível para a compreensão das relações de género no país e dos discursos que legitimam ou contestam a desigualdade.

Nos meios de comunicação moçambicanos, verifica-se uma dualidade na forma como a mulher é representada. Por um lado, observa-se uma crescente visibilidade feminina em espaços públicos, acompanhada da valorização de sua actuação em diferentes sectores, como a política, a economia e a cultura. Por outro, ainda prevalecem enquadramentos mediáticos que perpetuam estereótipos de fragilidade, dependência ou hipersexualização, reproduzindo, assim, as desigualdades de género estruturais. Essas construções discursivas não são meramente descritivas, ao contrário, exercem um impacto significativo nas percepções sociais sobre a mulher, influenciando políticas públicas e restringindo ou ampliando as oportunidades que lhe é oferecida.

Nesse sentido, a investigação sobre a representação da mulher nos media moçambicanos revela-se essencial para a compreensão das dinâmicas de género no país, uma vez que os meios de comunicação desempenham um papel central na produção e circulação de imaginários sociais. A aplicação da categoria de género ao estudo das produções mediáticas possibilita a identificação de padrões discursivos, estratégias narrativas e mecanismos de visibilização e silenciamento que estruturam a forma como a mulher moçambicana é concebida e posicionada na sociedade. Assim, ao promover uma análise crítica dessas representações, a pesquisa não apenas contribui para um diagnóstico das formas de enquadramento mediático da mulher, mas também fornece subsídios para a formulação de estratégias que visem uma comunicação social mais equitativa e inclusiva, capaz de fomentar a transformação social e a equidade de género.

A representação feminina é um tema central na luta pela igualdade de género e na desconstrução de estereótipos que limitam a mulher. A forma como a mulher é retratada na sociedade, na media e na cultura influencia directamente

a percepção e o tratamento que recebe. Portanto, é fundamental questionar e ampliar as representações femininas, garantindo que sejam autênticas, diversas e inclusivas, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária para todos (Ruggiero & Rahme, 2019).

Moçambique enfrenta desafios significativos em termos de igualdade de género, incluindo altos índices de violência contra a mulher, desigualdades na educação e no emprego, e sub-representação da mulher em posições de liderança. A media desempenha um papel importante na perpetuação ou na desconstrução dessas desigualdades. Portanto, uma análise da representação da mulher nos meios de comunicação pode ajudar a identificar estereótipos prejudiciais e práticas discriminatórias que precisam ser abordadas para promover a igualdade de género em Moçambique.

Todavia, a mulher tem desafiado essas limitações ao longo dos anos, expandindo seus espaços de actuação, exigindo direitos iguais e lutando por uma maior representação na cultura e no mercado de trabalho. Todavia, apesar dos movimentos feministas estarem a ser fundamentais nesse processo, promovendo a conscientização sobre questões de género, combatendo a discriminação e impulsionando mudanças significativas na sociedade, apenas três em cada dez funcionários de rádios comunitárias e estações de televisão são mulheres, o que indica que a mulher ainda tem uma representação média baixa em todos os sectores dos órgãos de informação. Os jornais impressos têm menor equilíbrio de género do que as outras redacções, com quase duas mulheres por cada dez funcionários (Afonso, 2023).

A divisão sexual do trabalho que resulta em desigualdades significativas entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na esfera doméstica constituem as motivações para

a realização desta pesquisa, com vista a consciencialização sobre as questões de género e buscando mudanças estruturais para alcançar a equidade, bem como a desconstrução dos estereótipos de género, a redistribuição das responsabilidades domésticas e a promoção da igualdade de oportunidades para a mulher expor as suas opiniões na esfera pública.

Identidade e género nos Meios de Comunicação

Os meios de comunicação influenciam significativamente a percepção da realidade ao moldar opiniões e crenças por meio das informações que fornecem. Ademais, desempenham um papel crucial na reprodução de valores e normas de género, ao reflectir e reforçar estereótipos e desigualdades sociais na representação da mulher (Souza 2014:40).

No entanto, West e Zimmerman (1987) argumentam que as identidades de género são frequentemente consideradas constantes, mas podem ser adaptadas. Isso sugere que o género não é uma característica inata, mas uma representação social moldada por interações e contextos culturais. A flexibilidade e adaptabilidade das identidades de género, portanto, destacam a natureza fluida e social dessa construção, desafiando a noção de que o género é uma característica fixa e imutável.

Neste contexto, o uso do género masculino na linguagem dos media contribui para a invisibilidade da mulher ao representar a norma como masculina e a mulher como excepção. Isso reflecte valores herdados na linguagem e reforça a ideia de que o masculino é mais dominante e representativo. Essa prática linguística pode desqualificar e desvalorizar a presença e a importância da mulher,

perpetuando a invisibilidade e a sub-representação feminina nos conteúdos jornalísticos (Souza40, 2014).

A representação mediática do género, conforme aborda Souza40 (2014), revela desigualdades profundas na forma como homem e mulher são retratados nos media. O uso do género masculino na linguagem dos media contribui para a desvalorização da mulher, perpetuando desigualdades de género e reforçando a ideia de que o masculino é a norma.

A linguagem mediática desempenha um papel significativo na invisibilidade das mulheres, frequentemente utilizando o género masculino e perpetuando estereótipos de género. Essa prática contribui para a falta de representação e reconhecimento da mulher na sociedade. Ademais, a falta de controlo e acesso da mulher aos meios de comunicação coloca-a em desvantagem global, limitando a sua participação e influência nos meios de comunicação.

A sub-representação da mulher na imprensa moçambicana contribui para a invisibilidade das questões de género. Segundo Sousa40 (2014), a invisibilidade e a sub-representação da mulher em posições de destaque e poder reflectem estereótipos profundamente enraizados na sociedade.

Estereótipos de Género na Media

Segundo Souza40 (2014) a sociedade concebe os estereótipos de género como dispositivos de enquadramento inicial e ordenamento social que influenciam a participação da mulher jornalista no espaço público. Os estereótipos são vistos como mecanismos patriarcais que reproduzem a tipificação e a subvalorização do trabalho feminino na media, resultando em assimetrias de género nos lugares de decisão e representação.

De acordo com Duarte e Spinelli (2019), os estereótipos de género constituem representações simplificadas e rígidas de características atribuídas a homens e mulheres, influenciando suas identidades e comportamentos. Essas concepções preconcebidas são disseminadas pela sociedade por meio de costumes, media, religião e outros canais, reforçando desigualdades e discriminações. Os estereótipos podem restringir oportunidades e liberdades individuais, perpetuando normas sociais baseadas em género.

A representação feminina é moldada por estereótipos de género que atribuem características como fragilidade, passividade e submissão às mulheres. Tais representações reforçam a desigualdade de género, restringindo oportunidades e perpetuando a subordinação da mulher na sociedade. A luta contra esses estereótipos é essencial para promover a igualdade de género e a desconstrução de padrões prejudiciais (Duarte & Spinelli, 2019).

A representação da mulher na imprensa moçambicana é limitada na esfera pública, resultando em uma sub-representação persistente. Conforme discutido por Ruggiero & Rahme (2019), a sub-representação de género na media constitui um fenómeno que espelha a ausência de equilíbrio na visibilidade e na representatividade de homens e mulheres. Além disso, a mulher é coisificada e frequentemente associada a consequências negativas, tais como a perpetuação de estereótipos de género, o impacto negativo na auto-estima e na imagem corporal da mulher, bem como a contribuição para a cultura do estupro e a violência de género.

Género: Uma categoria de análise

Os conceitos de género, sexualidade e corpo são fundamentais para a compreensão da complexidade das

identidades humanas. Ao analisá-los como construções sociais e históricas, percebe-se que não são entidades fixas, mas produtos de interações culturais e evoluções temporais. A noção de género, por exemplo, vai além da biologia, sendo moldada por normas, valores e expectativas sociais que variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas. Da mesma forma, a sexualidade e a percepção do corpo são influenciadas por contextos históricos e sociais, refletindo as crenças e práticas de uma sociedade em determinado momento (West & Zimmerman, 1987).

A desigualdade de género na sociedade é causada por construções sociais, culturais e históricas que atribuem ao homem e à mulher diferentes expectativas e valores. Essas normas mantêm a hierarquia de género e beneficiam o homem mais do que a mulher. O objectivo da luta pela igualdade de género é destruir essas instituições e promover a igualdade de direitos, oportunidades e identidade de género. Scottet (1989) sustenta que a desigualdade social é influenciada por elementos financeiros, históricos e estruturais e está baseada em questões de género e raça, que determinam o estatuto e as oportunidades das pessoas.

Segato (2012) entende que as estruturas de género são alteradas pelas intervenções coloniais e modernas no mundo rural, bem como a dualidade e o binarismo do género. A intervenção colonial e contemporânea estabelece uma hierarquia entre o espaço doméstico e o espaço público, criando uma dualidade hierárquica em que o homem domina o espaço público e a mulher é restrita ao espaço doméstico. Esta divisão binária de espaços e papéis de género representa a projecção eurocêntrica das instituições modernas sobre o mundo rural, contribuindo para a desigualdade de género e mantendo a dominação colonial e moderna.

A discussão sobre género como uma categoria teve início recentemente, com destaque para o surgimento do termo "género" entre as feministas americanas que buscavam enfatizar o carácter social das distinções baseadas no sexo. Isso representou uma rejeição ao determinismo biológico implícito em termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "género" também ressaltou o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Sua utilização cresceu em um contexto de efervescência epistemológica entre pesquisadores em ciências sociais, reflectindo uma evolução dos paradigmas científicos em direcção a paradigmas literários (Scott, 1989).

De acordo com Lelo (2019), a discussão sobre género como uma categoria inicia-se quando se reconhece que o género não é apenas uma questão biológica, mas um construto social que influencia as relações de poder, as identidades e as práticas sociais. Essa abordagem destaca a importância de analisar como as noções de masculino e feminino são construídas e como influenciam as experiências e oportunidades das pessoas na sociedade. Geralmente, a discussão sobre género como categoria analítica surge nos estudos que buscam compreender as desigualdades, discriminações e estereótipos associados aos papéis de género e às identidades de género.

Ainda de acordo com Lelo (2019), a categoria de género é construída como uma forma primária de dar significado às relações de poder e como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. É utilizada como uma descrição substantiva, equivalente à mulher ou à diferença sexual percebida empiricamente, e como uma categoria analítica que busca compreender as assimetrias e iniquidades ligadas ao género no campo jornalístico. A construção da categoria de género também envolve a análise das práticas profissionais, das condições de trabalho e das representações

simbólicas que operam a partir de uma perspectiva masculina imposta como norma.

Scott (1989) considera género como uma categoria baseada nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de significado nas relações de poder. É um elemento constitutivo das relações sociais e está relacionado às representações de poder. A organização das relações sociais muda de acordo com as representações de poder, mas essa mudança não segue necessariamente uma única direcção. Essa definição enfatiza a importância do género na estrutura social, na distribuição de poder e na compreensão das identidades subjectivas de homens e mulheres como construções sociais.

De acordo com Scott (1989), é importante estudar o género para entender a importância dos papéis sexuais e do simbolismo sexual em diferentes sociedades e épocas. O estudo do género ajuda a manter a ordem social e a identificar como esses papéis funcionam para promover mudanças sociais. Além disso, o estudo do género permite analisar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações biológicas e destacando as construções sociais das ideias sobre os papéis de género. Estudar o género, também, contribui para uma análise ampla e crítica das relações de poder e das desigualdades persistentes entre a mulher e homem na sociedade.

Para Segato (2012), as relações de género têm grande impacto na estrutura social, afectando as interações entre homens e mulheres e definindo papéis, expectativas e poder na sociedade. A investigação das relações de género mostra que a mulher continua sofrendo desigualdade e subjugação, principalmente devido às hierarquias coloniais contemporâneas. É fundamental compreender e discutir essas relações para apoiar a igualdade de género e a autonomia da mulher.

Souza (2016) explica que a representação de género na media fortalece os padrões sociais predominantes, com a mulher frequentemente sub-representada e estereotipada. A linguagem jornalística que privilegia o homem como sujeito contribui para a perpetuação da desigualdade de género e da desvalorização da mulher. Além de reflectir e reforçar a colagem cultural da mulher na área da reprodução, essa representação limitada também fortalece as estruturas patriarcais e a desigualdade de género na sociedade.

A esse respeito, Araújo e Ventura (2023) afirmam que a representação de género é um sinal da desigualdade de género na sociedade, especialmente em desporto como o futebol. O discurso especializado promove estereótipos feministas e diminui a visibilidade e o reconhecimento das atletas, colocando a mulher em posição inferior. A pesquisa enfatiza a importância de questionar e dismantelar essas representações mediáticas para promover uma abordagem equitativa do género.

Deste modo, Araújo e Ventura (2023) afirmam que a análise de género é crucial para entender as experiências da mulher no jornalismo e no desporto, pois é usada para projectar relações sociais entre os sexos, justificar razões biológicas e concentrar-se nas construções sociais. Estes autores enfatizam a necessidade de visibilidade, profissionalismo e estrutura para a mulher no desporto, enfatizando a discussão política sobre as diferenças de sexo e a luta contra a violência e a discriminação.

Género e Movimentos Feministas em Moçambique

O feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade de género, lutando contra a discriminação,

o sexismo e a opressão baseada no género. Defende os direitos da mulher em diversas esferas da sociedade. O feminismo também promove a autonomia feminina, a liberdade de escolha e a desconstrução de estereótipos de género, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária para todos. É um movimento diverso, que abrange diferentes correntes e perspectivas, mas que tem em comum o objectivo de empoderar a mulher e promover a equidade de género em todas as áreas da vida (Ruggiero & Rahme, 2019).

A presença do homem em quase todos os segmentos sociais da sociedade, tem levado a uma discussão mais concentrada sobre o tema do género, o que contribui para que o feminismo encare vários obstáculos para a imposição do género, pois as mulheres sempre foram socializadas para cuidar e servir seus lares, mas, quando buscam autonomia e independência dos papéis tradicionais de género, muitas vezes são subjugadas e repreendidas, porque se acredita que a sua independência financeira e o sucesso no trabalho ameaçam o tradicionalismo patriarcal. Essa dicotomia mostra a persistência de estruturas sociais e culturais que aumentam a desigualdade de género e limitam a verdadeira liberdade e autonomia da mulher.

De acordo com Gasparetto & Amâncio (2017), a divisão social do trabalho em Moçambique está intrinsecamente ligada ao género. O país permitiu que o homem assumisse o poder em detrimento da mulher tanto durante a era colonial quanto após a independência. A formação de hierarquias de género levou à preferência do homem por uma família nuclear. As políticas de exploração e modernização influenciadas por correntes socialistas e protestantes mostraram semelhanças nas questões de

género, mantendo padrões de desigualdade tradicionais. Até hoje, o país ainda apresenta diferenças significativas entre as áreas matrilineares e patrilineares, facto que afecta as dinâmicas de poder e as relações de trabalho entre o homem e a mulher.

Ao mesmo tempo em que a luta pela igualdade de género começou a se espalhar em todo o mundo, em Moçambique, a luta pela igualdade de género também começou com o Movimento Feminista, que visava acabar com as desigualdades e injustiças sociais, incluindo a inclusão da mulher como agente de mudança na luta armada. Parafraseando Amélia et al. (2011), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi fundada em 1972 e tem desempenhado um papel importante na luta pela igualdade de género em Moçambique, abordando a desigualdade social e protegendo os direitos da mulher em várias áreas, como educação, saúde, trabalho e controlo sobre seus corpos e sexualidade.

Conforme o afirmado por Amélia et al. (2011), a participação da mulher na luta armada foi vista como um sucesso porque aumentou a compreensão política da guerra e a adesão da mulher ao movimento de libertação. No entanto, alguns homens que viam a mulher como a única responsável pelas tarefas domésticas resistiram a essa participação. No entanto, a mulher persistiu em defender seu direito à luta armada, o que levou à evolução dos movimentos feministas em Moçambique e à conquista de espaços de igualdade e empoderamento para a mulher na sociedade.

Entretanto, após a independência, surgiram associações de mulheres que lutam para educar a sociedade sobre questões de género, aumentar a participação da mulher

na política e na economia do país e exigir mudanças legislativas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher. Como resultado, foram aprovadas normas como a Lei da Família e a Lei Contra a Violência Doméstica (Amélia et al., 2011). Além de desafiar os sistemas de poder existentes, a resistência da mulher em Moçambique ajuda a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos, onde as vozes e contribuições da mulher são reconhecidas e valorizadas em sua totalidade (Gasparetto & Amâncio, 2017).

O Fórum Mulher é uma rede de organizações não-governamentais sem fins lucrativos e de direito privado que foi fundada em 1993. A organização define-se como sociedade civil, a partir de uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos da mulher. Seu objectivo é lutar contra os princípios e práticas socioculturais que consideram a mulher inferiores, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre homem e mulher, tendo como denominador comum o respeito pelos direitos humanos e a melhoria da posição da mulher na sociedade.

O Fórum Mulher trabalha para garantir um desenvolvimento justo e equitativo em todas as esferas da sociedade por meio de uma rede de organizações que não são influenciadas por ideologias, políticas ou crenças religiosas. A agremiação valoriza e respeita a diversidade cultural, étnica, religiosa e política. Luta pela defesa dos seus princípios e valores para ver a sua missão cumprida.

A OPHENTA, Associação Moçambicana da Mulher e Apoio a Rapariga, foi fundada em Nampula em 2016

por uma das membras que usou sua experiência de violência no território e seu conhecimento e experiência profissional em desenvolvimento comunitário e género para em defesa da própria vida e existência e para promover os direitos humanos da mulher e a igualdade de género na província. Em língua Emakua, OPHENTA significa “amar” e cuidar, e esse sentimento está forte nas pessoas e na forma como a organização age e se comporta.

A Rede de Mulheres Parlamentares de Moçambique, Fórum Mulher e Desenvolvimento, Associação Mulheres Moçambicanas na Energia (MWE), Associação de Mulheres nos Negócios formais e informais (FEMME), Associação das Mulheres de Moçambique (FEMME) e Movimento Artista, são apenas alguns exemplos de movimentos feministas em Moçambique, e há muitos outros grupos e organizações formados por mulheres que trabalham para promover a igualdade de género e os direitos da mulher em diferentes aspectos da sociedade.

Metodologia

Esta pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa, caracterizada pelo foco na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais, abordando aspectos da realidade que não são susceptíveis de quantificação (Prodanov & Freitas, 2013). A opção por esta metodologia justifica-se pela necessidade de explorar e interpretar fenómenos sociais que vão além dos dados estatísticos, permitindo uma análise aprofundada dos discursos e representações presentes nos meios de comunicação. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa privilegia o aprofundamento do entendimento de um

grupo social ou de uma organização, desconsiderando a necessidade de representatividade numérica e concentrando-se em elementos da realidade que não podem ser medidos quantitativamente. Assim, esta abordagem metodológica possibilita a apreensão de significados, discursos e práticas sociais que estruturam a produção mediática e as suas implicações na construção da percepção pública.

Neste estudo, foram analisadas dez edições dos jornais impressos *O País* e *Notícias*, publicadas na primeira quinzena de Abril de 2024. A escolha deste recorte temporal fundamenta-se na necessidade de identificar padrões discursivos recorrentes e tendências na cobertura jornalística ao longo de um período delimitado. A análise teve como objectivo a identificação de temas predominantes nas narrativas jornalísticas, a presença de estereótipos de género e a representação da mulher em diferentes papéis e contextos. A investigação procurou compreender de que forma as mulheres são retratadas nos conteúdos noticiosos, verificando se a cobertura jornalística contribui para a reprodução de desigualdades de género ou se existem esforços no sentido de desconstruir essas assimetrias.

O processo analítico adoptado envolveu a leitura crítica das edições seleccionadas, com o intuito de identificar evidências da perpetuação de padrões tradicionais de feminilidade e masculinidade, bem como possíveis avanços na representação da mulher no espaço mediático. Além disso, foram analisadas as escolhas editoriais, o enquadramento das notícias e o uso da linguagem, factores que influenciam directamente a construção simbólica da realidade social. Assim, esta pesquisa não se limita a sistematizar dados sobre a presença feminina nos jornais

analisados, mas também debate os sentidos que emergem dessas representações, contribuindo para a reflexão sobre o papel da media na reprodução ou transformação das desigualdades de género.

Resultados e Discussão

Durante a análise das matérias publicadas no jornal *O País*, relativas à primeira quinzena de Abril de 2024, foram examinadas 73 reportagens, com o intuito de avaliar a composição das fontes e os perfis de autoria presentes na publicação. A partir desta análise, observou-se uma clara predominância da autoria masculina, uma vez que a maioria das matérias foi assinada por jornalistas do sexo masculino.

Relativamente às fontes citadas nas reportagens, foram identificadas um total de 121 fontes, sendo 92 do sexo masculino e 29 do sexo feminino. A distribuição aponta para uma representação desproporcional de vozes masculinas nas narrativas jornalísticas, evidenciando uma visibilidade mais significativa do homem, tanto de forma directa, na autoria das matérias, como de forma indirecta, através das fontes citadas. Este desequilíbrio reflecte uma tendência estrutural ainda prevalente no campo jornalístico, onde o homem continua a dominar os espaços de fala e visibilidade, em detrimento de uma participação equitativa da mulher.

Esses dados sugerem que o jornal *O País* não está apenas a reflectir, mas também a reforçar padrões de desigualdade de género, ao conceder maior espaço a fontes masculinas, o que pode impactar a representação e a percepção pública sobre questões de relevância social e política. A ausência de uma participação equitativa da

mulher nas fontes jornalísticas limita a pluralidade e a abrangência da informação, ao excluir ou sub-representar perspectivas femininas essenciais para uma análise mais completa e diversificada dos temas abordados. Assim sendo, impõe-se uma reflexão sobre as práticas jornalísticas e a necessidade de promover a paridade de género, tanto na autoria como na escolha das fontes, para uma representação mais justa e equilibrada da sociedade.

No contexto das funções desempenhadas nas reportagens jornalísticas, foi realizada uma análise centrada em um grupo específico de 29 mulheres mencionadas nas notícias. Observou-se que 16 dessas mulheres foram identificadas como testemunhas oculares dos eventos reportados. Além disso, 7 mulheres foram categorizadas como fontes primárias, desempenhando funções de relevância governamental. Outras 6 mulheres foram destacadas nas notícias devido ao protagonismo em assuntos directamente relacionados às suas próprias vidas. Esses dados indicam a diversidade de papéis que as mulheres assumem em diferentes capacidades informativas dentro do contexto jornalístico em análise.

De um modo geral, as narrativas nas quais a mulher é mencionada como testemunha ocular estão frequentemente associadas a contextos domésticos. As reportagens sobre inundações, o Dia da Mulher Moçambicana, o trabalho informal e a participação em eventos ou cerimónias fúnebres são exemplos de temas recorrentes. Tal tendência reforça estereótipos que limitam a percepção da mulher ao âmbito privado, confinando suas contribuições e experiências a esferas frequentemente vistas como de menor visibilidade ou importância pública.

Conforme Souza (2014), essas representações reducionistas não apenas reforçam as desigualdades de género, mas também contribuem para a objetificação e marginalização da mulher, restringindo-as aos papéis tradicionais e superficiais. Este processo mina a representatividade feminina e limita a sua contribuição em contextos que transcendem as esferas domésticas ou privadas. A perpetuação dessas representações é um reflexo das construções sociais que distorcem e restringem o papel da mulher na sociedade, subestimando a sua relevância em esferas públicas e profissionais.

No jornal *Notícias*, foi realizada uma análise de 181 textos provenientes de cinco edições publicadas na primeira quinzena de abril de 2024. A autoria dos textos revelou que estes não são individualmente assinados. No total, foram identificadas 175 fontes, sendo 78 mulheres e 97 homens. Este levantamento aponta para uma tendência de equilíbrio na representação de género, embora com uma predominância de visibilidade masculina no espaço editorial do jornal, tanto de forma directa quanto indirecta.

Na análise específica da mulher, verificou-se uma distribuição funcional diferenciada. Dentre as 78 mulheres analisadas, um total de 39 foi identificado como testemunha ocular, ou seja, aquelas que forneceram relatos directos e pessoais de eventos ou circunstâncias. Adicionalmente, um grupo menor, composto por 4 mulheres, desempenhou a função de porta-vozes, actuando como representantes autorizadas ou intermediárias em contextos comunicativos, tanto formais quanto informais.

Além disso, destacam-se 25 mulheres classificadas como fontes primárias, ocupando funções dentro da estrutura

governamental. Este grupo tem um papel crucial, fornecendo informações de primeira mão e influenciando decisões políticas e administrativas. Notavelmente, uma mulher foi identificada como um sujeito próprio da matéria, estando directamente relacionada ao conteúdo discutido. Essa distribuição funcional das mulheres analisadas ilustra uma diversidade de papéis e responsabilidades dentro de diferentes contextos, reflectindo suas múltiplas contribuições e influências tanto na sociedade quanto no governo.

A análise comparativa das matérias nos jornais *Notícias* e *O País* revela uma persistente prevalência de estereótipos de género. Observa-se que, na maioria dos casos, a mulher continua a ser associada, predominantemente, a actividades domésticas. Além disso, as mulheres destacadas como fontes para discutir temas mais amplos geralmente ocupam cargos no governo. Tal constatação sugere uma sub-representação feminina, corroborando as observações de Ruggiero e Rahme (2019), que argumentam que as mulheres são frequentemente retratadas de forma marginalizada, com menor espaço, voz e protagonismo em comparação aos homens. Esta sub-representação contribui para a perpetuação de estereótipos de género, desigualdades estruturais e limitações nas oportunidades e na valorização das experiências femininas. De maneira semelhante, Souza (2014) sustenta que, ao perpetuar estereótipos, os meios de comunicação desempenham um papel crucial na invisibilidade e sub-representação da mulher.

A teoria de Butler (1990), que vê o género como performativo e socialmente construído, ajuda a compreender como os meios de comunicação reforçam a ideia de que certos conhecimentos e competências são exclusivamente masculinos. Ao

retratar a mulher como incapaz de discutir temas dominantes da esfera pública, os jornais em questão acabam por reforçar este estereótipo. Goffman (1979) complementa essa análise ao afirmar que tal representação reflecte uma desigualdade de poder entre os géneros, onde a mulher é vista como menos informada ou competente em determinadas áreas. De maneira análoga, Beauvoir (1970) argumenta que as mulheres são frequentemente vistas como “o outro” na sociedade, uma perspectiva que é reforçada pela forma como os meios de comunicação as retratam.

Conclusão

A mulher enfrenta diversas barreiras para se afirmar como fonte de informação nos meios de comunicação, o que pode ser atribuído, em grande parte, à falta de representatividade e à vitimização de seus papéis na sociedade. Há uma tendência estruturada em que a mulher é solicitada a se posicionar e a actuar apenas em temas que são tradicionalmente considerados femininos, como questões domésticas, familiares ou de saúde. Esse padrão de actuação contribui significativamente para a marginalização da sua voz nos contextos públicos e profissionais. Além disso, as representações da mulher tendem a ser predominantemente vinculadas à esfera privada, o que reforça a ideia de que suas contribuições são limitadas a espaços que não são considerados significativos nas narrativas dominantes.

Outro ponto relevante é que a maioria das matérias jornalísticas que abordam a mulher foca seus desafios, dificuldades e sofrimento, perpetuando uma visão de vitimização. Essa abordagem tende a desvalorizar as conquistas da mulher e não reconhece adequadamente suas habilidades, capacidades e desempenhos bem-sucedidos em esferas diversas, como a política, os negócios, a ciência, e outras áreas profissionais.

Esse foco excessivo nas dificuldades, sem um reconhecimento proporcional das vitórias e contribuições, reforça a ideia de fragilidade e subordinação feminina, perpetuando estereótipos prejudiciais que limitam a percepção do papel da mulher na sociedade.

Nesse contexto, a presença da mulher na media ainda está profundamente enraizada em papéis tradicionais e estereotipados. A media, muitas vezes, reforça esses estereótipos ao apresentar a mulher em posições passivas e subordinadas, o que impede uma visão ampla e plural de suas capacidades e contribuições sociais. Embora algumas mulheres consigam alcançar visibilidade em espaços de poder, como cargos políticos ou governamentais, a representação feminina na esfera pública é ainda amplamente dominada por homens, o que resulta em uma sub-representação significativa da mulher em outras áreas da vida pública. Esse padrão reflecte uma dualidade importante, onde, apesar de algumas mulheres conquistarem posições de autoridade, a maioria permanece marginalizada nas narrativas cotidianas.

A análise das representações da mulher nos meios de comunicação em Moçambique revela, portanto, uma dinâmica que contribui para a perpetuação de normas sociais que limitam a actuação e a valorização feminina. Essas representações não apenas reflectem as estruturas de poder existentes, mas também as reforçam, reproduzindo as desigualdades de género que predominam na sociedade. A media, conforme argumentado por Butler (1990), não se limita a transmitir significados culturais pré-existentes, mas também os reitera e os legitima, desempenhando um papel crucial na construção das relações de poder. Nesse sentido, a representação da mulher na media não apenas reflecte as normas de género vigentes, mas também contribui para a perpetuação dessas normas, limitando a transformação das relações de poder de género na sociedade contemporânea.

Referência Bibliográfica

- Afonso, M. (21 de Abril de 2023). *Carta de Moçambique*. cartamz: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/13516- apenas-28-por-cento-de-mulheres-se-encontram-na-midia-em-mocambique>
- Amélia, i., Araujo, S., Domingos, M., Jaime, U., Marques, S., Menezes, C., . . . Uaciquete, M. (2011). *Movimento Feminista em Moçambique*.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble : feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Duarte, G., & Spinelli, L. M. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais & Humanas*, 32(2).
- Farias, S. S., & Martins, A. d. (2018). Invisibilidade feminina e representações sociais de gênero em tecnologia e ciências. *Actas do 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*.
- Gasparetto, V. F., & Amâncio, H. P. (2017). Gênero e Feminismos em África: Temas, problemas e perspectivas analíticas. *Simpósio Temático: leituras e olhares de (e) sobre África em perspectiva de gênero. Trajetórias, construções e percursos. Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero*, 11.
- Ruggiero, A. S., & Rahme, A. M. (2019). Representação feminina em tempos de exceção. *REVISTA ARA*(6).
- Scott, J. w. (1989). *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*". *Gender and the*. (C. R. Dabat, & M. B. Ávila, Trans.) New York: Columbia University Press.
- Souza40, J. (2014). *A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de gênero define o sexo da notícia*.
- Stankiewicz, J. M., & Rosselli, F. (2008). Women as Sex Objects and Victims in Print Advertisements. *Sex Roles*, 58, pp. 579-589.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing Gender. *Gender and Society*, 1(2), pp. 125-151.